

RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

**Aplicabilidade de bases conceituais das
Ciências Humanas e Sociais
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)**

RiMa

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(organizadores)

RiMa

2015

© 2015 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.
I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169



O ato de habitar a partir de um programa habitacional¹

Juliana Nazareno Mendes

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil vem promovendo, por meio das políticas habitacionais de interesse social, o reassentamento de famílias pobres, seja por residirem em áreas consideradas de risco, seja por estarem em locais cotados para sofrerem grandes intervenções urbanísticas de infraestrutura ou de revitalização. A literatura nacional produzida sobre este tema tem demonstrado que, geralmente, esses reassentamentos são involuntários ou forçados, na medida em que retira a família de suas casas contra a vontade, sem que estejam disponíveis formas adequadas de proteção dos direitos dos envolvidos e a busca de soluções apropriadas construídas a partir da participação social.

Tal situação se verifica no município de Campos dos Goytacazes (RJ), por intermédio do Programa Morar Feliz. Implementado em 2010, esse programa pode ser qualificado como a maior ação habitacional já empreendida pelo município, destinada às famílias residentes em áreas de riscos relacionados às enchentes e inundações e a acidentes ferroviários e rodoviários, além daquelas que se encontram em condição de vulnerabilidade social. Em sua primeira fase, o programa priorizou as famílias que foram atingidas pelas fortes enchentes que ocorreram nos anos de 2008 e 2010, que deixaram aproximadamente 20.000 desabrigados.

Realizado exclusivamente com recursos municipais advindos das rendas petrolíferas, já foram entregues 5.426 casas distribuídas em 14 conjuntos habitacionais. Como é um programa pautado na entrega de casas populares, sem custo para os beneficiários, faremos um recorte dessa ação governamental de reassentamento² que leva milhares de famílias a terem de se reorganizar num novo espaço, estabelecendo novas formas de habitar e significar sua morada.

-
1. Este capítulo integra a tese de doutorado *O ato de habitar: práticas socioespaciais no conjunto Morar Feliz Penha, Campos dos Goytacazes/RJ*, que, sob a orientação do prof. Dr. Jorge Luis Barbosa, será apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.
 2. Reassentamento é a remoção definitiva ou provisória de uma população de suas residências, transferindo-as para um conjunto habitacional construído pelos agentes promotores da política habitacional e urbana.

Sendo assim, este capítulo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a morada dessas famílias nesses novos espaços, tendo por base empírica a experiência vivida pelos moradores reassentados por meio do programa Morar Feliz, no bairro Penha, em Campos dos Goytacazes (RJ).³ Para tanto, em um primeiro momento, apresentaremos uma discussão teórica sobre os conceitos de habitar e morada, enquanto dimensões importantes do processo de ser e estar do homem sobre a terra, para, em seguida, compreendermos os sentidos da morada na escala do lugar.

O habitar sobre a terra

Heidegger (1954), em seu texto *Construir, habitar e pensar*, colocou em evidência o conceito de *habitar*, apresentando-o em sua relação com o *construir*, que já seria, em si mesmo, o habitar. Nessa relação, o autor afirma que, se não considerarmos que todo construir é em si mesmo o habitar, não será possível compreender o que se constrói. É preciso, portanto, compreender que construir é habitar, que habitar é a forma como os mortais são e estão na terra. É tanto o cultivo e crescimento quanto edificar construções. Na medida em que habitamos, chegamos a construir (HEIDEGGER, 1954).

Construir não é simplesmente edificar, é demorar-se e resguardar-se. Envolve uma pausa necessária ao envolvimento com as coisas.⁴ Com isso, o homem constrói coisas e cria espaços quando se demora junto às coisas e aos lugares.

Na fenomenologia hermenêutica de Heidegger é retomado o sentido do habitar que se traduz no modo pelo qual o homem, ao se relacionar com as possibilidades de ser-no-mundo, constrói o mundo que o circunda. O modo como habitamos é o modo como ocupamos um espaço numa ordem de significações ontológico-existencial relacionado ao estar-e-ser-no-mundo (PROENÇA, 2011). Isso faz com que o lugar que habitamos se torne um espaço existencialmente determinado, dotado de carga afetiva e de altos e baixos, limites e possibilidades. Habitar pressupõe a relação entre o homem e as coisas, sendo a expressão da espacialidade do ser.

A referência que o homem estabelece com os espaços advém do habitar. As coisas construídas são lugares que propiciam espaços. Assim, ao

3. As entrevistas citadas fazem parte do trabalho de campo realizado com 19 moradores do conjunto habitacional Morar Feliz da Penha, que subsidiam a elaboração da tese citada na nota anterior.

4. A partir das compreensões de Heidegger, Teixeira (2004, p. 63) afirma que “qualquer algo que está visível e disponível se determina como coisa em um sentido restrito. No seu aspecto amplo, o termo *coisa* expressa o significado de qualquer assunto, qualquer evento que diga respeito ao homem no mundo”.

se produzirem coisas, se constroem, se edificam lugares e se produzem espaços, permitindo ao homem existir em segurança. Por conseguinte, “a essência de construir é deixar-habitar” (HEIDEGGER, 1954, p. 9).

É possível compreender que a espacialidade, em Heidegger, está relacionada com a instância do mundo, que promove diferentes espaços a partir da presença humana. Os homens têm espaços e criam espaços quando habitam, e é somente por isso que podem atravessar espaços e demorar-se neles. Habitando, os mortais têm a razão de sua demora junto às coisas e aos lugares.

Confluindo ao pensamento de Heidegger, Bollnow (2008) analisa o modo de ser-no-mundo, destacando as vivências, sensações, experiências que o sujeito tem no espaço de recolhimento e amparo da casa. Com isso, introduzimos, em nossa reflexão, a casa enquanto elemento do processo de habitar, possuindo dimensão subjetiva e simbólica que se expressa na edificação física.

Bollnow (2008) destaca o caráter espacial da existência humana. Para ele, o espaço vivencial é o espaço concreto, da espacialidade humana, em que se desenvolve a vida pessoal e coletiva.

Percebe-se, nessa abordagem, que o espaço para Bollnow é tido como uma espécie de “palco” para a realização da vida humana, sobre o qual o homem age e interage. “O espaço se torna, então, uma forma geral da atitude vital do ser humano”, em que “(...) o homem é necessariamente não apenas origem, mas ao mesmo tempo centro permanente de seu espaço” (IDEM, 2008, p. 21).

Na obra de Bollnow, o caminho aparece como uma dimensão do habitar dos homens sobre a terra, pois coloca permanentemente ao homem a questão das encruzilhadas da vida que exigem tomadas de decisão. Portanto, implica uma atitude de pre-visão para onde ir. Por intermédio da metáfora do caminho é possível parar, avaliar o caminho percorrido e retornar para casa, para o espaço de recolhimento ao qual pertence. Por meio do caminho, ele transita entre o mundo público e o privado.

Mas o “lugar a que se pertence” é sempre relativo, pois varia segundo o plano de observação de onde se estabelece o ponto de referência espacial. Para o autor em questão, o ponto de referência é a casa, pois é de onde se parte para realizar algo no mundo e para onde se retorna ao final de sua missão. Então, a casa é o centro no qual é possível avaliar os propósitos estabelecidos, o próximo e o longínquo (território do mundo). Ela proporciona a situação de interioridade, contrapondo-se à exterioridade que remete

à efemeridade de caminhos que abrem espaços, que são anônimos e, por isso, diferentes do espaço privado que o homem encontra em casa. A casa expressa o sentido tanto de “retorno a si” como de retorno ao espaço físico que pressupõe pertencimento.

Neste sentido, habitar quer dizer estar em casa, num lugar determinado, onde se sinta pertencente e enraizado, aproximando-se da ideia de habitar de Bachelard (1998).

Para Bachelard (1998), a casa tem por função originária proporcionar abrigo e proteção, trazendo o homem para um recolhimento e proporcionando a sensação de amparo, onde ele encontra o calor e o conforto que não lhe são oferecidos pelo espaço exterior.

Para ele, a casa “é o nosso canto do mundo.” (IDEM, 1998, p. 24), nosso “primeiro universo”, que experimentamos em sua realidade concreta e em sua virtualidade (pensamentos e sonhos). Sua essência se manifesta em todo o espaço que é realmente habitado. Assim, habitar não é estar abandonado em qualquer lugar, mas estar abrigado em casa.

A casa é mais do que o espaço físico, edificado; ela é, para Bachelard, uma das maiores fontes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos. Ela abriga o devaneio, protege o sonhador e permite-lhe sonhar em paz. Sem a casa, o homem seria um ser disperso. Assim, ela possibilita ao homem um enraizamento profundo na vida. Como afirma o autor, o homem habita sua casa antes de habitar o mundo. Ela dá ao homem força e firmeza para prevalecer na relação com o mundo exterior. Por meio da casa, o homem é um habitante do mundo a despeito do mundo.

De acordo com Venturato-Landmann e Valencio (2014), uma das imagens mais expressivas utilizadas por Bachelard é a do enfrentamento da tempestade pela casa antropomorfizada, pois isso corresponde a uma luta do mundo simbólico e subjetivo com o mundo exterior, público. Manter a casa a salvo das tempestades é garantir o ancoradouro da vida privada.

Compreende-se que a casa não é, portanto, uma caixa edificada sem vida, mas um espaço habitado que transcende o espaço geométrico. Ela toma qualidades sentimentais humanas, contribuindo para que o homem possa se manter no mundo e nele realizar suas tarefas, na medida em que se torna abrigo e paz, espaço de relaxamento e de recomposição das “lutas” travadas no mundo exterior.

Nesta mesma linha analítica, Bollnow (2008) afirma que o homem necessita de um ponto de referência, um centro fixo de onde pode partir e retornar. Um centro enraizado no espaço. Daí a importância de o homem

encontrar tal centro no seu espaço, criando-o e lançando sobre ele os próprios fundamentos, defendendo-o das ameaças externas. “Criar esse centro se torna, assim, uma tarefa decisiva ao homem. E ele a cumpre ao construir e habitar sua casa” (BOLLNOW, 2008, p. 135).

Nesse sentido, a forte identificação do ser humano com sua casa faz com que ela se converta na expressão da essência do homem, derivando na concepção de segurança. Habitar é sentir-se em casa. No entanto, esse espaço próprio deve estender-se também a todo espaço possuído pelo homem, por onde ele possa se movimentar. Com isso, a tarefa do homem é construir um espaço de morada que seja referência para explorar o mundo e para o qual possa retornar.

Considerando o exposto até o momento, podemos concluir que, no processo de habitar, o homem constrói, edifica, cria lugares e espaços, onde a casa passa a ser uma referência importante, pois é a partir dela que o homem caminha e explora o mundo, construindo espaços externos. Assim, a casa é uma construção que permite ao homem enraizar-se no espaço, possibilitando-lhe habitar no mundo e para ela sempre retornar. É, de acordo com Proença (2011), o recinto próximo e familiar, em oposição àquilo que é longínquo. Ela se torna núcleo do espaço vivencial, diferenciando-se da forma pela qual lidamos com as coisas e nos sentimos em outros espaços.

É importante ressaltar que essas perspectivas partem da lógica individual e, por isso, levam-nos a correr o risco de ficarmos presos a uma concepção individualista e idealista, cujo resultado, como afirma Santos (2005), pode ser a impossibilidade de captar o movimento da sociedade e do espaço como dados contraditórios e ao mesmo tempo complementares. Ou seja, leva-nos a não compreender a dialética presente nos processos de reprodução das relações sociais e do habitar.

Santos (2005) ainda destaca que, ao considerar o indivíduo, acaba-se considerando a liberdade humana como absoluta e não condicionada pelas diferenças de classe. Neste sentido, podemos inferir que é como se o ato de habitar não estivesse relacionado com a renda, a exploração do trabalho, a dificuldade de acesso às condições mais básicas e necessárias à sobrevivência humana. Portanto, é uma perspectiva que tende a não contestar a ordem estabelecida, transferindo para o indivíduo os problemas considerados coletivos (sociais), cabendo a ele se adaptar às condições dadas *a priori*.

No entanto, tal perspectiva não deixa de ser importante, pois nos permite considerar que, por intermédio do habitar, se constroem coisas e se

produz espaço. Mas isso não é suficiente para compreendê-la no contexto da sociedade capitalista, já que partimos do entendimento de que, ao habitar, os homens também estão sujeitos às determinações do espaço social que se produz.

Construindo o conceito de morada

Considerando que a abordagem sobre o habitar realizada até o momento teve como ponto de partida o homem na sua relação com o espaço, sendo este o lugar de realização da existência humana, o esforço que agora se pretende realizar tem o sentido da construção de uma análise do espaço enquanto produto e meio do processo de reprodução das relações sociais, para assim introduzirmos outros elementos na compreensão do habitar e chegarmos ao conceito de morada.

Como Heidegger, Lefebvre (2006) afirma que no habitar reside e se realiza a relação do homem com a natureza e a sua própria natureza e que, portanto, o homem só pode habitar como criador ou, nas palavras de Heidegger, como construtor.

Para Lefebvre, ao habitar como criador, o homem produz espaço, que no contexto da sociedade capitalista é complexo e desigual, pois é social e político. O espaço está ligado à reprodução das relações (sociais) de produção, sendo ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desigual. Ele inclui os espaços de lazer, os espaços da cotidianidade, do planejamento, dos promotores imobiliários, das obras de arte, etc.

A esse espaço corresponde um tempo que se compra e se vende: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso, etc., que se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção. Nesse sentido, a paisagem física e social que se forma no contexto da urbanização está de acordo com critérios caracteristicamente capitalistas decorrentes da lógica da circulação e acumulação do capital, que acabam produzindo “formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, todos organizados numa configuração espacial distintiva.” (HARVEY, 2005, p. 168). Com isso, se estabelecem arranjos institucionais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder, que concedem qualidades objetivas à cidade e que podem dominar práticas cotidianas, restringindo os recursos de ação.

Na medida em que o fenômeno urbano se estende sobre grande parte do território, atravessando as fronteiras nacionais, forma-se um *tecido*

*urbano*⁵ cada vez mais cerrado. Ao mesmo tempo, as concentrações urbanas vão se tornando gigantescas, as pessoas se deslocam para as periferias e escritórios substituem residências nos centros urbanos. Vão se produzindo lugares e uma nova estrutura urbana permeada por contradições em que, por um lado, estão a concentração de riquezas, o poder repressivo e a concentração de informações e de decisão e, por outro, as diferenciações sociais ligadas às relações de propriedade e de exploração.

Nesse contexto, o espaço urbano vai exigindo e condicionando novas formas de habitar – ou de “demorar-se nele” –, já que novos sentidos, significados e trajetórias são atribuídos e criados. O homem, então, precisa reconstruir seu habitar, lançando nele novos fundamentos. Portanto, as condições objetivas e concretas geradas pelo processo de urbanização delineiam as formas pelas quais o sujeito habita.

Na sociedade, dividida em classes sociais antagônicas, são os trabalhadores empobrecidos os mais sensíveis aos diferentes processos de desenvolvimento do capital e, portanto, mais afetados em sua forma de habitar. Desprovidos de amplas possibilidades de escolhas, inclusive do lugar onde morar, e de acesso aos bens materiais e simbólicos produzidos coletivamente, seu habitar é construído e expresso numa espacialidade reduzida, em que suas práticas socioespaciais tendem a se limitar ao entorno próximo, em que valores, vivências e memórias são compartilhados por grupos de indivíduos com experiências de vida que se assemelham e que possibilitam atribuir significados à sua existência.

Destacamos que são experiências advindas de uma relação homem-espaço, marcada historicamente (e, por isso, tem dimensão geracional que precisa ser considerada) pela dificuldade de acesso aos bens mais básicos ao desenvolvimento do ser humano na sua integralidade e que são precorizados por meio dos direitos humanos fundamentais: moradia, educação, saúde, trabalho, etc. Como, então, falar em habitar sem considerar tais aspectos?

Partimos do entendimento de que isso não é possível. Assim, consideramos que o conceito de habitar empreendido pelos autores no campo da fenomenologia não é suficiente para abarcar as complexidades que atravessam tal processo, pois não privilegia a dialética homem-espaço. Por isso, caminhamos teórico-metodologicamente para o conceito de morada,

5. Uma rede de malhas desiguais que dão suporte a “um modo de viver” intenso ou degradado: a sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001).

por nos permitir maior aproximação das vivências cotidianas na escala do lugar que determinam as formas de habitar.

Por morada, entendemos:

(...) um espaço plural, em que determinados grupos marcados pela proximidade de valores, práticas, vivências, memórias e posição social constroem experiências tangíveis e intangíveis como força de realização de suas vidas. A concepção de morada significa a inserção de pessoas em relações de pertencimento a seus territórios usados. Elas não estão situadas em qualquer ponto ou área da cidade. Mas, sim, em uma experiência territorial corpórea que reúne qualidades materiais (acessibilidade a bens, serviços e renda) e simbólicas (compartilhamentos socioculturais) produzidas, classificadas e mobilizadas por seus membros no processo de atribuir significado a sua existência (BARBOSA, 2012, p. 103).

O espaço vivido, que se forma no lugar, vai permitindo ao homem estabelecer um novo ponto de referência, um centro fixo onde se sinta seguro. Constitui-se, então, sua morada, que só pode ser desvendada na escala do lugar, pois:

O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis. Também é possível perceber a fragmentação do mundo na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura, etc. Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo (CARLOS, 2007, p. 14).

O lugar é passível de ser sentido, apropriado e vivido por meio do corpo. O ser humano sabe que há um espaço e que ele está nesse espaço. Por meio do seu corpo de sentidos, o indivíduo constrói e se apropria do espaço e do mundo. Apropriação que está relacionada com a transformação do espaço para servir às necessidades e possibilidades de um grupo.

O lugar é o espaço palpável onde o indivíduo habita e que está relacionado com seu cotidiano, seu modo de vida, onde trabalha, passeia e se diverte. Pela forma como se apropria do espaço, este vai ganhando significado pelo uso. Por meio da atividade prática, o espaço e os seus significados vão se modificando, adquirindo novos traços aos trajetos construídos e percorridos, que se traduzem em novos valores. Com isso, ao habitar, o homem produz um espaço delimitado, um lugar com o qual se identifica e constrói sua morada.

Entender a morada, a partir do lugar, é olhar para as práticas cotidianas mais banais segundo a lógica que lhe é própria, considerando os componentes universais que nelas se manifestam e que geralmente estão invisíveis.

No entanto, é preciso atentar para a racionalidade que parece reinar sobre o lugar, em que o construído tende a manipular o espaço, produzindo um *habitat* que reduz as possibilidades de expressão do habitante, ou seja, sua capacidade criativa e criadora. O problema habitacional se torna um problema de acesso a um abrigo, despolitizando a questão central que é o acesso à vida urbana, à cidade na sua totalidade, para que se possa estabelecer a morada e a plenitude do habitar.

A habitação popular no Brasil: breve caracterização

Como abordado, para estabelecer seu habitar e sua morada, o homem necessita de um ponto fixo materializado na casa. Portanto, esta passa a ser um direito humano fundamental que não se reduz apenas à proteção ou abrigo, mas deve expressar as experiências do habitar e permitir a construção de uma morada.

No Brasil, as políticas habitacionais implementadas até o momento foram incapazes de resolver e eliminar a penúria da habitação. Isso porque, como já afirmava Engels (1887), o problema habitacional é um falso problema, pois não é passível de solução no âmbito da sociedade capitalista. Além de funcional ao barateamento da força de trabalho, o déficit habitacional e as habitações precárias foram impulsionadores de ações que serviram muito mais para drenar recursos dos trabalhadores para as empresas privadas e segmentos sociais mais abastados. Consequentemente, excluía, de forma quase total, os segmentos de baixa renda sem que os programas “focalizados” dessem conta de suas necessidades de moradia. Portanto, foram ações pautadas em interesses políticos, econômicos e ideológicos do capital.

Decorrentes disso, as marcas predominantes das políticas habitacionais são, dentre outras: a centralização no crédito imobiliário, a construção de conjuntos/condomínios voltadas para os segmentos sociais mais abastados e a periferização das construções destinadas às camadas socialmente empobrecidas. Além, é claro, de terem como modelo arquitetônico a construção de prédios habitacionais com grandes números de apartamentos, monótonos e repetitivos.

No entanto, não podemos deixar de considerar as lutas empreendidas pelos movimentos sociais, que conseguiram avanços significativos por

meio da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com o Estatuto da Cidade. Neles, a habitação se tornou um direito social e, como tal, apreendido na sua concepção ampla, que pressupõe o direito à cidade. Mas que, no entanto, não foi colocado em prática em sua plenitude.

Ainda hoje, a atuação do Estado no campo das políticas habitacionais tende para a provisão de unidades habitacionais por meio da construção de conjuntos habitacionais majoritariamente verticais, com alguns horizontais, seguindo o movimento da Arquitetura Moderna, que tinha como uma de suas intenções contribuir para a elevação do nível social, reduzir os preços das moradias e assegurar a correspondência entre habitação e mercado de trabalho. O planejamento estruturado e igualitário, em que estavam presentes os aspectos de ordem técnica e estética, embasou amplamente os projetos de habitação popular desenvolvidos, inicialmente, pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), pela Fundação Casa Popular (FCP) e, posteriormente, pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

De acordo com Teixeira (2004), os primeiros projetos de habitação popular elaborados pelos IAPs buscavam:

(...) traduzir objetivos essenciais em que os princípios levassem em conta as necessidades do homem padrão, consideradas universais, e agrupadas em quatro funções primordiais, segundo a Carta de Atenas de Le Corbusier (1964): “habitar, trabalhar, locomover-se e cultivar o corpo e o espírito”, em que a habitação oferecia espaço e conforto, refletindo, assim, o ideário da modernidade (TEIXEIRA, 2004, p. 39).

Neste contexto, a casa era entendida como o núcleo inicial do urbanismo que protege o homem e abriga as alegrias e as dores de sua vida cotidiana. Constituíam-se como um lar, que deveria ser dotado de serviços comuns destinados à realização da vida, mas, para isso, seria necessário agrupá-los em unidades de habitação de tamanho razoável e distribuídas em determinados padrões espaciais. A partir dos conjuntos habitacionais, esses urbanistas pretendiam criar “novas cidades” autofuncionais, articuladas às demais partes da cidade.

No Brasil, entre os anos 1930 e 1940, as características predominantes das construções dos IAPs eram: a standardização dos elementos de construção, o emprego racional dos materiais e a eliminação de toda decoração supérflua. Geralmente, eram construídas casas individuais, assentadas, de modo geral, em locais isolados do contexto urbano existente, sem previsão de equipamentos que permitissem encontros da população nos momentos de lazer e que pudessem satisfazer suas necessidades mais im-

diatas. Com isso, as construções apresentavam rígida subordinação da parte ao todo, uma monotonia dos ambientes criados e o incentivo ao estabelecimento de relações sociais rarefeitas.

Com a criação da Fundação Casa Popular, a partir de 1946, de modo geral, os projetos mantiveram sua dimensão mais conservadora, com a opção pela casa própria e por unidades unifamiliares isoladas. De acordo com Azevedo (2007), havia preocupação da FCP não apenas com a conservação do imóvel, mas também com o comportamento social e individual dos moradores, já que a Fundação pressupunha que as pessoas das classes populares não estavam preparadas para viver em comunidade. Assim, elas “precisavam ser guiadas para utilizar e conservar as instalações da casa, daí as visitas de inspeção nos primeiros anos, tão comuns quanto imperinentes nos relatos de antigos moradores.” (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 13). No entanto, tais ações de controle acabavam perdendo força e logo eram desativadas.

O contraponto da arquitetura habitacional dos IAPs e da FCP foram os conjuntos padronizados de casas individuais isoladas, construídas na periferia do Rio de Janeiro, na década de 1960, pelo governo do estado da Guanabara e financiado pelo governo dos Estados Unidos, que mais tarde influenciaram a conformação da política habitacional do regime militar e serviu de modelo espacial da habitação produzida pelo BNH. O primeiro desses conjuntos foi a Vila Kennedy, e seu padrão arquitetônico era extremamente econômico: foi plantada em área rural distante cerca de 30 km do centro da cidade e aproximadamente 40 km das antigas moradias; as casas mediam entre 30 e 47 m²; e eram construções rústicas e repetidas em série. O objetivo do governo do Rio de Janeiro era remover os moradores dos cortiços e favelas para esses condomínios em áreas periféricas da cidade.

A escolha desse modelo, anos depois, pelo governo militar não foi apenas por questões econômicas, mas, como afirma Cariello Filho (2011), por motivações políticas e ideológicas de uma ação governamental para todo o país, que almejava intensificar a remoção das favelas, dos mocambos e dos cortiços e colocar seus moradores pobres em áreas distantes do centro e de valorização imobiliária.

Com a implantação do BNH, os conjuntos habitacionais voltados para as camadas com rendimentos mais baixos seguiram o modelo da Vila Kennedy, mas com a construção predominante de blocos de apartamento. As construções eram de grandes dimensões e afastadas do centro, permanecendo a utilização dos princípios da racionalização da produção em

série e baixo custo. De acordo com Teixeira (2004), nesses conjuntos as moradias unifamiliares apresentavam condições adequadas de salubridade, com infraestrutura básica como: água, esgoto, energia elétrica e transporte coletivo. No entanto, os demais equipamentos urbanos nem sempre chegavam a ser construídos nesses assentamentos: “A extensão dos conjuntos e a uniformidade das moradias conferiam ao local a monotonia da paisagem, retratando, inclusive, o ar impessoal das unidades residenciais” (TEIXEIRA, 2004, p. 43).

Bonduki (1994) afirma que as construções promovidas pelo BNH destinadas às camadas de mais baixa renda, por necessitarem do maior barateamento possível da unidade habitacional, contribuíram para que fosse ampliado o tecido urbano das cidades, na medida em que ocuparam áreas desprovidas de serviços e equipamentos sociais, longe dos centros, por serem locais com maiores extensões de terra disponíveis e por seu valor ser mais baixo. Quando mais distante dos centros urbanos e dos locais onde esses moradores residiam anteriormente, mais se intensificava o processo de precariedade dessas famílias, pois se rompiam os vínculos e as relações pessoais, sociais e de trabalho e se restringiam o acesso à vida urbana como um todo.

Destacamos, então, a crítica que Bolaffi (1976, p. 28) faz à solução arquitetônica empreendida pelo BNH nos conjuntos habitacionais: “inspirado no princípio velho e superado da Carta de Atenas, com a consequente segregação do espaço e das funções urbanas”, esses conjuntos foram desenhados para se tornarem cidades-dormitórios, pois não pressupunham qualquer atividade de trabalho e de vida. No entanto, tornaram-se verdadeiras cidades, sem que fossem tratadas como tal.

Do acesso à habitação até a constituição da morada

Não podemos negar que tais características ainda se fazem presentes nas políticas habitacionais. Em Campos dos Goytacazes (RJ), as unidades habitacionais do Programa Morar Feliz seguem, de modo geral, o padrão descrito até o momento. São casas geminadas com 43 m² de área construída, possuindo 2 quartos com piso cerâmico, 1 banheiro com azulejos, 1 sala com piso cerâmico, 1 cozinha com piso cerâmico, área de serviço e uma área livre na frente da casa, parcialmente gramada, totalizando 140 m² de área total. A única diferença entre as casas está no fato de 10% delas terem sido adaptadas para pessoas com deficiência. A quantidade de unidades habitacionais construídas por conjunto varia entre 140 e 936, e não constam no projeto áreas coletivas para a convivência dos moradores e espaços para o comércio e templos religiosos.

Os conjuntos são construídos com toda a infraestrutura necessária: pavimentação, iluminação pública, água e luz regular e serviços de esgotamento sanitário, independente das condições do seu entorno. Formam uma espécie de “ilha” dentro dos bairros. Tal fato tem gerado conflitos com a população ao redor, pois os locais onde os mesmos foram construídos são considerados áreas periféricas da cidade e que, historicamente, sofrem com a falta de investimentos públicos e de uma rede ampla de serviços públicos e privados.

Consideramos que, ao longo da história, os conjuntos habitacionais vêm se constituindo como habitação barata e funcional, produzidos em larga escala e desarticulados de um projeto social mais amplo. Com isso, atendem aos anseios do Estado e do capital, dinamizando a economia por meio da construção civil, ao mesmo tempo em que são utilizados como instrumento de controle sobre os trabalhadores, definindo o lugar de moradia e impondo-lhes formas de habitar e morar a partir de um espaço construído e concebido a partir do alto.

As entrevistas feitas com uma amostra de moradores do Programa Morar Feliz, do bairro Penha, indicam que ter acesso à casa própria foi uma grande realização. Todos destacaram a qualidade das casas, seu espaço interno e externo e a beleza como pontos positivos do programa. Muitos relataram que, se não fosse pelo Morar Feliz, nunca conseguiriam ter uma casa com aquele padrão de construção.

Aqui eu já tenho a minha casa. Pude terminar de comprar as minhas coisas, que eu não tinha. E lá eu não tinha como comprar, que era só um cômodo, então... não tinha condições de comprar nada. Pra mim, aqui melhorou. Posso fazer o que eu quiser, estou dentro da minha casa (Entrevistada 4).

No entanto, essas vantagens pareciam não ser suficientes para garantir a satisfação com a nova condição de moradia. “A casa era tudo o que eu queria, essa casinha aqui, gente, eu nunca poderia ter igual... Mas depois que eu vim pra cá minha vida virou um inferno” (Entrevistada 10). As dificuldades mais sinalizadas pelos entrevistados estão relacionadas com as diferentes formas de sociabilidade e acesso aos equipamentos públicos presentes no lugar:

Lá em Ururá era muito diferente (*risos*). Tinha os meus amigos, aqui não. Não tenho mais aquela amizade que eu tinha lá. Aqui, não tenho. Só mesmo a minha vizinha que é um amor. Mas tirando isso, não tem nada pra te falar não (Entrevistada 9).

A relação com a vizinhança e a circulação dos moradores pelo conjunto foram descritos como muito restritos. Os entrevistados relataram que praticamente não saem de casa, limitando-se ao trajeto casa-trabalho, casa-estudo. O contato entre os moradores acontece, praticamente, só com os vizinhos próximos, geralmente entre aqueles que vieram do mesmo lugar. Todos disseram que no bairro de origem tinham vida social mais intensa, seja na relação com os vizinhos, seja na utilização dos espaços coletivos que promoviam maior sociabilidade, como se percebe no relato a seguir:

Lá tudo era mais perto, porque lá tinha uma quadra de lazer para as crianças brincar. Aqui não tem nada. Tem mato pras crianças andar. Você tá vendo aí que não tem nada. Não tem uma área de lazer para as crianças, não tem nada. Terra tem para fazer, só que não fizeram. (...) Quanto ao resto, não tem mais nada pras crianças brincar, pra gente levar aqui por perto pra fazer. Nada. Não tem nada (Entrevistada 6).

Foi comum ouvir dos moradores: “Olha, eu quase não saio”, “Eu não ando muito pelo bairro. Fico só aqui dentro de casa”. Quando saíam para se divertir, era em atividades fora do bairro, geralmente retornando aos lugares da antiga moradia.

Percebemos, no entanto, que, para as famílias que foram reassentadas próximas de pessoas conhecidas – antigos vizinhos ou familiares –, o processo de adaptação ao bairro foi mais rápido e estas mostram maior disposição em permanecer nos conjuntos.

Eu já acostumei. Antes eu vim sozinha e ficava... ah, sozinha aqui, sem ninguém da minha família! Mas depois que a minha mãe veio, eu me acomodei mais, porque mãe perto é a melhor coisa que tem (*risos*) (Entrevistada 4).

Os vizinhos são bons (...). Como era todo mundo família, aqui só tem família. Aqui (...) daqui pra lá, são três irmãos. De lá pra lá, tem a mãe deles. Aí botaram a família tudo perto, entendeu (Entrevistada 10).

Cabe destacar a sensação de insegurança relatada. Os entrevistados se referiram tanto à segurança da casa, enquanto espaço do mundo privado, como ao entorno. A casa, tomada como abrigo e proteção do ser, que permite a vivência do mundo privado, não se realizava como tal. De acordo com alguns moradores, a casa era constantemente violada por outros moradores que abriam as portas para saber o que tinha em seu interior, que olhavam pelas janelas para conhecer a rotina familiar e que invadiam as

casas quando estas permaneciam por muito tempo fechadas. Tal situação justificava o desejo dos moradores de erguer muros ao redor de sua área para garantir maior privacidade. Percebemos que o muro era a intervenção mais importante para os moradores, como mecanismo de estabelecimento das barreiras entre o mundo externo e o interno, entre a vida privada e a coletiva. Ao mesmo tempo, promovia o “isolamento” das situações externas que desagradavam os moradores: “Fica cada um dentro da sua casa, aí não tem problema”.

Observamos que muitas famílias, mesmo residindo anteriormente nas chamadas “áreas de risco” ou detectando fragilidades na estrutura física de suas casas, ainda se sentiam mais seguras nelas do que nas moradias do conjunto habitacional. A sensação de segurança estava mais relacionada com o ambiente externo – vizinhança e sentido de pertencimento – do que propriamente às condições estruturais da casa.

Por meio dos relatos das famílias que residiram em área de risco de enchentes e inundações, constatamos que estas haviam construído diferentes estratégias de sobrevivência que eram adotadas nas situações de cheia. Algumas, inclusive, não consideravam, inicialmente, sua área como de risco, já que partiam do pressuposto de que os eventos de inundações e enchentes eram sazonais. Obtivemos relatos de famílias que realizaram várias obras de melhoria em suas casas de origem, o que acarretou, durante o processo de reassentamento, grandes perdas materiais.

Minha casa era grande, pena que era em área de risco. Mas era uma casa boa. Tinha três quartos, uma sala grande. Tinha varanda. Tinha banheiro. Aí minha casa era grande. Tinha a minha casa, tinha a casa da minha mãe, tinha a casa do meu filho e a casa da minha filha, que era tudo no mesmo quintal. Meu quintal era grande. (...) Quando eu comprei, assim, as pessoas falou que dava água no quintal e não chegava dentro de casa. Realmente, a primeira enchente que chegou até a minha casa foi em 2006, que a água entrou dentro da minha casa. Daí pra cá, começou toda enchente entrar. Até 2006, não entrava água. Só chegava no quintal, mas dentro de casa não (Entrevistada 16).

Minha casa não era perto do rio, mas vinha água de cachoeira. Minha casa foi atingida uma vez que caiu uma tromba d’água e desceu muita água da serra, aí alagou minha casa, que tava no comecinho de obra. Não tinha terminado. Aí derrubou as paredes. (...) Aí toda vez que chovia enchia lá, e nós ficamos tentando construir nossa casinha em outro lugar. A Defesa Civil foi lá e preferiu dar nossa casa aqui ao invés de construir lá (Entrevistada 6).

Para essas famílias, a adaptação no novo bairro foi ainda mais difícil, já que tiveram de estabelecer residência num lugar distante do bairro de origem, em meio a uma vizinhança, em grande parte, desconhecida.

Para a maioria dos entrevistados, a vida ficou mais difícil por conta das dificuldades enfrentadas cotidianamente com relação aos serviços públicos. Todos relataram que o acesso a esses serviços é ruim; para muitos, pior do que nos antigos bairros. Isso fez com que um grande número de moradores optasse por continuar seu tratamento de saúde nos antigos lugares ou buscase atendimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) no centro da cidade ou nos hospitais. A falta de vaga nas escolas também foi sinalizada como um grande problema, principalmente para as crianças que necessitavam de creche ou que estavam no primeiro ciclo do ensino fundamental, como demonstra o relato a seguir.

O que ficou ruim foi a escola pro meu filho mais velho. Quando eu vim pra cá, eu não consegui. Teve que ficar ainda uns meses lá em Ururaí estudando. Ficando na casa da minha mãe, pra depois eu trazer ele. Eu não consegui escola aqui. Fui consegui lá em Donana (Entrevistada 6).

O transporte público deficitário também foi citado como um empecilho à locomoção. Os ônibus e as vans não circulam dentro do condomínio, assim, é necessário percorrer longas distâncias até o ponto mais próximo. Isso também inviabiliza as saídas à noite para o lazer e passeios em outros lugares, tendo em vista o horário reduzido de circulação desses transportes coletivos pela cidade. Assim, ao construir em áreas periféricas, o Estado agrava o processo de segregação espacial, reproduzindo e até mesmo aprofundando a desigualdade socioespacial já vivenciada pelos pobres em seus antigos locais de moradia.

Consequentemente, parte dos moradores relatou o desejo de sair do bairro e retornar ao lugar de origem, por considerar que lá a vida era melhor. Apesar de todos demonstrarem satisfação com a casa, consideravam que elas deveriam ter sido construídas em seus bairros de origem. Tal sentimento era reforçado quando alguns moradores afirmavam que não haviam procurado a prefeitura para receber a casa do programa, mas que foram comunicados que deveriam deixar suas casas, sem condição de escolher um conjunto habitacional mais próximo de sua residência de origem nem poder discutir como seria realizada a mudança.

Grande parte dos entrevistados relatou que foram persuadidos a sair de suas casas de origem por estarem em área de risco, especialmente os que

foram diretamente atingidos pelas enchentes e inundações. Tal persuasão era reforçada pelo argumento de que, recusando a casa no conjunto habitacional, eles ficariam desprotegidos em caso de novos eventos de cheias, já que a prefeitura não iria providenciar abrigos temporários nem a inclusão no aluguel social.

A forma pela qual o reassentamento foi conduzido, sem que a população fosse ouvida e inserida ativamente no processo, também contribuiu para o sentimento de insatisfação e para o agravamento das dificuldades de inserção na nova comunidade.

Considerações finais

Constatamos que, ao se distanciar dos horizontes sociais, os projetos habitacionais se preocuparam mais com a redução dos custos e menos com a renovação dos modos de morar dos grupos subalternizados. Por meio da racionalização e da planificação das construções, inventaram um novo modo de habitar a partir de um novo espaço destinado a eles.

Podemos afirmar, como constatado por Lefebvre (2001) em seus estudos sobre os pavilhões da periferia urbana da França, que aqui as habitações promovidas pelo Estado também se constituem como a expressão de uma homogeneização pelo alto. Ao valorizarem apenas o espaço concreto e geométrico da casa, colocam a classe trabalhadora em “caixas de habitar” com o objetivo de uniformizar e controlar. Desvalorizavam a poesia e as práticas cotidianas do habitar.

A política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, redes e fluxos. Tal representação fundamenta-se numa logística de uma racionalidade limitada e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo-os, os espaços diferenciados do urbano e do “habitar” (LEFEBVRE, 2001, p. 53).

Portanto, os conjuntos habitacionais se tornam um espaço concebido pelo alto que vão impor a seus moradores uma forma de habitar adequada ao processo de desenvolvimento do capitalismo, conformando o *homem ideal* a partir do seu espaço de morada.

As entrevistas demonstram que, ao serem reassentadas, as famílias tiveram reduzidas suas formas de sociabilidade e restringidas suas formas de circulação e apropriação do bairro e da cidade. Com isso, sua morada é reduzida à dimensão da habitação. A maioria dos moradores entrevis-

tados ainda não conseguiu estabelecer relações de pertencimento com seus territórios usados, tendo por referência seus antigos locais de moradia, mediante as dificuldades que enfrentam nos condomínios. Parte significativa dos moradores que deram depoimentos tem por centro de referência e relação com o mundo seus antigos locais de moradia, pois é lá que estão os fundamentos simbólicos e concretos que os ajudam a se “defender” do mundo externo. Apesar de já estarem residindo no condomínio há, aproximadamente, três anos, os moradores ainda não fizeram dele sua morada.

Percebemos, por outro lado, que muitos já começaram a se apropriar desse espaço concebido, por meio de pequenas ações cotidianas que permitem imprimir sentido à casa e ao lugar, mas que aqui não foi objeto de reflexão.

A partir do que foi apresentado, consideramos que, ao conceder uma unidade habitacional, se atinge um único aspecto da questão habitacional, que é a concessão de um abrigo seguro, mas não se enfrentam as outras questões que são tão importantes quanto esta e que permitem, ao sujeito, significar e qualificar seu habitar. Portanto, para que haja a habitação plena por meio da realização da morada, é necessário garantir políticas sociais integradas e o acesso aos bens e serviços materiais e simbólicos que se materializam no bairro e na cidade, a começar pela casa, seguido da educação, saúde, transporte e lazer, entre outros.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, S. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, A. L. (Org.) **Habitação social nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: FINEP/CEF, 2007.

AZEVEDO, S; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/AZEVEDO_ANDRADE_Habitacao_poder.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BACHELAR, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARBOSA, J. Da habitação como direito ao Direito à Moradia: um debate propositivo sobre a regularização das favelas da cidade do Rio de Janeiro. In: _____; LIMOND, E. (Orgs.). **Ordenamento territorial ambiental**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. **Centros de Estudos Rurais Urbanos**. São Paulo, v. 9, 1976. Disponível em : <http://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83167> . Acesso em: maio 2015.

BOLLNOW, O. F. **O homem e o espaço**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

- BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. *Análise social*, v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994.
- CARIELLO FILHO, O. **As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://www.controversia.com.br/antigo/uploaded/pdf/12759_o-lugar-no-do-mundo.pdf. Acesso em: 26 mar. 2015.
- ENGELS, F. Para a questão da habitação. Obras escolhidas em três tomos. **Editorial “Avante”**. Publicado segundo o texto da edição de 1887. Disponível em: http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf. Acesso em: 07 abr. 2015.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- HEIDEGGER. **Construir, habitar, pensar**. 1954. Tradução de Schuback, M. S. C. Disponível em: http://www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf. Acesso em: 24 mar. 2015.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço urbano**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão, fev. 2006. (mimeo)
- PROENÇA, M. C. O. **A cidade e o habitar no pensamento de Henri Lefebvre**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- SANTOS, M. Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 9, p. 126-133, 2005.
- TEIXEIRA, M. C. V. **Espaço percebido e espaço vivido na habitação social: os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte**. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- TEIXEIRA, M. C. V. **Espaço percebido e espaço vivido na habitação social: os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte**. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- VENTURATO-LANDMANN, R. D.; VALENCIO, N. A Alagação ofende: considerações sociológicas acerca de um desastre silente no Alto Juruá, Acre, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 239-264, 2014.